

# TRABALHO DOCENTE E UNIVERSIDADE: ANOTAÇÕES SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO, PROLETARIZAÇÃO E MER- CANTILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO TOCANTINS

*TEACHING WORK AND UNIVERSITY: NOTES ON PROFESSIONALIZATION,  
PROLETARIZATION AND COMMERCIALIZATION IN HIGHER EDUCATION  
IN TOCANTINS*

Carlos Alexandre Cunha 1  
Roberto Francisco de Carvalho 2

**Resumo:** As políticas educacionais têm sido objeto de discussão no meio acadêmico, principalmente no que concernem às políticas de formação e profissionalização de professores. Esta pesquisa preconiza uma leitura específica sobre as implicações das políticas de formação e profissionalização de professores em nível federal, estadual e na política municipal. O percurso metodológico embasou-se em identificar o que é reiterativo do contexto nacional, no âmbito do estado do Tocantins e do Município de Palmas, em relação à política de formação, profissionalização e mercantilização do trabalho docente na educação superior; o que foi possibilitado a partir da análise de diversos documentos nacional, estadual e municipal. O estudo explicitou que as transformações no papel do Estado, as orientações dos organismos internacionais – como Banco Mundial e UNESCO –, as decisões educacionais referentes à reestruturação das Universidades e às novas modalidades de formação do profissional docente para o ensino superior têm contribuído para a mercantilização da educação e a imposição de um modelo de formação profissional de tipo flexível, com foco na ideia do professor reflexivo. A partir da pesquisa realizada foi percebido o aumento da proletarianização do trabalho e uma crescente desqualificação e precarização do trabalho docente, pautados no desenvolvimento das competências profissionais com impactos para as políticas educacionais, em geral. Tais ações obscurecem uma política de melhorias nas condições do trabalho docente e significativas mudanças em torno das políticas públicas. A pesquisa evidenciou, ainda, que o processo de formação e profissionalização de professores no âmbito da educação superior precisa ser compreendido na tensão entre as esferas pública e privada. Nesse sentido, ao analisar as variáveis abordadas pudemos evidenciar os traços constitutivos e constituintes da formação e profissionalização docente que têm como expressão a mercantilização da educação superior e a proletarianização do trabalho docente culminado por intensa precarização profissional.

**Palavras-chave:** Política Pública; Política de Educação Superior; Formação e Profissionalização de Professores; Trabalho Docente em uma IES Privada.

**Abstract:** The politics educational have been the object of discussion in the academic world, especially with regard to teacher education and professionalization policies. This research recommends a specific reading of the implications of teacher education and professionalization policies at the federal, state and municipal levels. The methodological path was based on identifying what is reiterative of the national context, within the State of Tocantins and the Municipality of Palmas, in relation to the policy of training, professionalization and commercialization of teaching work in higher education, which made it possible for from the analysis of several national, state and municipal documents. The study explained that the transformations in the role of the State, the guidelines of international organizations - such as the World Bank and UNESCO -, educational decisions regarding the restructuring of Universities and the new modalities of professional teaching training for higher education have contributed to the commodification of education and the imposition of a flexible model of professional training, focusing on the idea of the reflective teacher. From the research carried out, it was noticed an increase in the proletarianization of work and a growing disqualification and precariousness of teaching work, based on the development of professional skills with impacts on educational policies in general. Such actions obscure a policy of improvements in the conditions of teaching work and significant changes in public policies. The research also showed that the process of teacher training and professionalization in higher education needs to be understood in the tension between the public and private spheres. In this sense, when analyzing the variables discussed, we could highlight the constitutive and constituent features of teacher training and professionalization that express the commodification of higher education and the proletarianization of teaching work, culminating in intense professional precariousness.

**Keywords:** Public Policy; Higher Education Policy; Teacher Training and Professionalization; Teaching work in a Private IES.

1- Mestrado Profissional em Educação, na Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT. Lattes:<http://lattes.cnpq.br/0592459937947685>. E-mail:[cunhaale@gmail.com](mailto:cunhaale@gmail.com).

2- Doutorado em Educação, na Fundação Universidade Federal do Goiás – UFG. Lattes:<http://lattes.cnpq.br/5571746546717368>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7278-181X>. E-mail:[rcarvalho@mail.uft.edu.br](mailto:rcarvalho@mail.uft.edu.br).

## Introdução

Durante as diversas mudanças e revoluções que protagonizaram o século XX, o Brasil passou de um atendimento educacional de pequenas proporções, como se espera de um país predominantemente rural, para o fornecimento de serviços educacionais em escalas exponenciais, acompanhando a evolução social e a explosão demográfica que conduziram o país a uma urbanização e industrialização altamente acelerada.

De acordo com dados oficiais, a matrícula geral de alunos, na graduação, cresceu de 2.238.773, no ano de 1933, para 4.708.589, em 2003 (BRASIL, 2003). Esses números, de maneira inequívoca, demonstram que a quantidade de estudantes dobrou nos períodos de evolução industrial no Brasil, fator que não se deve, unicamente, ao crescimento demográfico, mas, também, a diversos outros fatores econômicos que são preponderantes para que uma mudança desse tipo possa ocorrer repentinamente.

Tomando o contexto brasileiro como foco, essas demandas provocaram uma discussão sobre a necessidade da adequação dos cursos os quais deveriam preparar os futuros professores aptos a desenvolverem suas práticas pedagógicas de modo rápido e eficaz sob as demandas complexas do seu dia a dia. (SAVIANI, 2011)

Na década de 1990, a abordagem de formação de professores denominada professor reflexivo surgiu como uma das principais referências para formar tais profissionais desejados. Assim, o eixo epistemológico dessa abordagem é a própria experiência do profissional. Isso significa que a experiência seria o ponto de partida e o ponto de chegada para a construção de conhecimento a fim de responder aos dilemas cotidianos do seu trabalho. Com base nisso, o professor teria condições de refazer o percurso de sua prática e redirecionar suas ações. (SAVIANI, 2011)

Nesse sentido, entende-se que o modelo de economia capitalista bem como a situação de mercadoria que a força de trabalho assume, condiciona a maneira pela qual a educação será desenvolvida. As políticas públicas, atualmente de cunho neoliberal, ancoradas pelo projeto histórico capitalista, estão se materializando no mercado de trabalho e têm influenciado a formação do professor e o trabalho docente da educação superior.

Segundo Saviani (2011) a pedagogia divide a transmissão do conhecimento, entre o conteúdo e a forma, e são essas propriedades que determinam o problema da formação dos professores e quais critérios devem ser estabelecidos para avaliar o desempenho educacional.

Por um lado, tem-se o modelo pedagógico onde a formação dos docentes centra-se e se esgota na cultura geral e no domínio específico de conteúdo da área do conhecimento que dizem respeito ao conteúdo que o professor escolheu lecionar para os alunos. A partir disso, se considera que a formação que o professor adquire tem como fator causal o domínio dos conteúdos de modo concatenado e logicamente organizado, sendo adquirido em espécies de treinamento ou até mesmo durante a prática como professor.

Saviani (2011, p. 9) afirma que dentro desse modelo, de modo particular, não cabe à universidade ou a outros tipos de órgãos reguladores tecer preocupações alarmantes acerca do corpo docente de um país. Esse primeiro modelo é denominado pelo autor como “modelo dos conteúdos culturais cognitivos de formação de professores”.

Partindo para o plano mais atual, conforme Carvalho (2013), a política educacional brasileira dos últimos anos assumiu a ideia de mobilidade social, de maneira semelhante ao observado nos países chamados de desenvolvidos, onde a educação tem sido defendida como necessária ao desenvolvimento econômico. Essa ideia põe a educação sob a ótica privada, devendo ser fomentada em função dos postos de trabalho disponíveis no mercado. A ênfase que se dá na liberdade de escolha e nas possibilidades do desenvolvimento pessoal acaba por criar um cenário que facilita a aceitação da ideia mercantilista da educação.

Contudo, é real a ideia de que a universalização da educação e a metáfora da mobilidade social não são totalmente indissociáveis da estratificação social que paira sobre o Brasil. A meritocracia proposta pelo sistema de ensino atual se baseia principalmente na ideia das habilidades individuais, o que dificulta a criação de alternativas de resistência ao sistema de

estratificação social. Uma meritocracia baseada nas habilidades individuais, aparentemente, não vive em conflito com princípios de igualdade de acesso à educação. Contudo, esta situação vive à custa da mudança do conceito de cidadania para as práticas de consumo (SAVIANI, 2011).

De maneira igual, é necessário ressaltar que por conta da interação complexa que o Estado e as entidades privadas cultivam, essas mudanças ocorreram nas instituições de ensino públicas e privadas, ficando claro que tanto as primeiras quanto as segundas gozam de autonomia quase idêntica, já que ambas estão subordinadas às diretrizes curriculares que são ditadas pelo MEC, de forma centralizadora.

O presente trabalho buscou desvelar, sem perder de vista o contexto nacional e estadual, as características/diretrizes educacionais que orientam a política de formação e profissionalização docente das instituições de educação superior de Palmas/TO. Além disso, buscou: a) explicitar, no âmbito da reforma da educação, as características/diretrizes nacionais orientadoras da política de formação e profissionalização docente da educação superior; b) identificar o que é reiterativo do contexto nacional, no âmbito do estado do Tocantins e do Município de Palmas, em relação à política de formação, profissionalização e mercantilização do trabalho docente na educação superior; c) caracterizar, situado no contexto nacional e estadual, a política de formação e profissionalização docente no âmbito de uma IES privada de Palmas/Tocantins, consiste no terceiro objetivo específico da pesquisa.

## **Referencial teórico**

### **Trabalho docente universitário, profissionalização e proletarização docente**

A discussão sobre o trabalho docente precarizado e a universidade passa pela compreensão do trabalho alienado na sociedade capitalista, profissionalização e proletarização do professor. Partindo dessa premissa, principiamos a reflexão da dicotomia entre profissionalização e proletarização que aparece em grande parte dos estudos sobre trabalho docente. Por essa via de raciocínio, conforme Tumolo e Fontana (2008), a proletarização é percebida como um processo inerente à desqualificação e precarização do trabalho docente, em decorrência das mudanças ocorridas na sociedade capitalista e, como consequência, no processo de trabalho do professor. Ao contrário, a profissionalização é afirmada como um movimento que promove a categoria do magistério à consolidação desses trabalhadores como profissionais.

Ressaltamos, segundo Tumolo e Fontana (2008), que o processo de proletarização do trabalho docente – devido ao seu entendimento ser realizado, em maior medida, como processo de trabalho e, em menor medida, como processo de produção de capital – tem sido atribuído à desqualificação, feminização e precarização do trabalho docente e, ainda, sobre a perspectiva improdutiva e imaterial em que este vem sendo entendido.

Buscamos refletir mais detidamente sobre o tema partindo do conceito hegeliano de trabalho como forma de mediação entre o homem e natureza para subsistência, mas também para a sua educação, pois o ser humano, diferente dos animais, não consome de imediato os produtos da natureza, antes dar-lhe um sentido, uma finalidade. (HEGEL 1971).

Advém da compreensão hegeliana o entendimento de trabalho educativo, pois ao trabalhar o homem educa a si próprio e a outros homens. Corroborando e, ao mesmo tempo, ampliando esta compreensão, Marx (1985, p. 149) argumenta que antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as suas forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida.

O trabalho que pressupunha um ato de liberdade ao objetivar-se transformando a natureza como forma de subsistência, criação da vida e superação da natureza, passa a

oprimir o homem. O que o homem produz pelo trabalho lhe é estranho, independente, não lhe pertence. Em verdade, ocorre a dissociação entre o elemento consciente (homem) e o elemento puramente físico do trabalho (natureza material), ou seja, ocorre a alienação. (CARVALHO, 2006).

De fato, a alienação do trabalho na história começa desde os modos primitivos com a apropriação do excedente de produtos produzidos por outros, quando do surgimento do trabalho escravizado, mas o seu apogeu ocorre a partir do trabalho assalariado, especificamente na produção da sociedade capitalista. Neste contexto, a atividade humana de educar, planejar, avaliar volta-se contra o próprio homem por meio do processo de regulação do trabalhador imprimida pela divisão pormenorizada do trabalho, da separação entre teoria e prática, planejadores e executores etc.

Após a definição da relação simples de trabalho, Marx apresenta e analisa o processo de formação do valor e o processo de valorização. A esse respeito, Tumolo afirma que, depois de ressaltar as especificidades e distinções entre os três processos, o autor busca estabelecer conexões entre eles, compreendendo o processo de produção de mercadorias como unidade entre processo de trabalho e processo de formação de valor e, diferentemente, o *processo de produção capitalista*, forma capitalista da produção de mercadorias, como unidade do processo de trabalho e do processo de valorização. O processo de produção de mercadorias implica o processo de trabalho, mas não o processo de produção capitalista, e este, por sua vez, pressupõe os outros dois processos. (TUMOLO, 2005, p. 250; grifos do autor).

O trabalhador produtivo proletarizado, por dedução, é aquele que produz mais-valia ou valorização do capital independente se este realiza trabalho: abstrato ou concreto, para fins imediato ou mediado, para satisfazer o corpo ou a alma, relacionado às atividades econômicas primária, secundária ou terciária etc. Por essa via de entendimento, o trabalho produtivo (também precarizado) está “[...] presente em toda e qualquer relação de produção capitalista, não importando se se trata de uma empresa agrícola, fabril ou uma empresa escolar, se a mercadoria produzida é soja, robô ou ensino”. (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 167).

Do exposto, depreendemos os fundamentos do trabalho docente, relacionado ao processo de trabalho e, sobretudo, às relações sociais de produção e ao processo de produção capitalista. Em tal processo o assalariamento é um elemento comum ao sistema público e privado de educação e não diferente dos demais trabalhadores assalariados. Esclarecemos, entretanto, que nem todo trabalhador que recebe salário por seu trabalho produz capital, embora todos os trabalhadores que produzem capital sejam assalariados. Os professores, por exemplo, ao realizar o trabalho docente nem sempre estão realizando trabalho produtivo ou que valorize o capital.

<b>Quadro 1. TRABALHO DOCENTE E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO EDUCATIVA NA CONCEPÇÃO DE TUMOLO E FONTANA (2008, p. 167-169)</b>	
<b>Ilustrações de trabalho docente</b>	<b>Relação de produção educativa</b>
<b><i>Ilustração 1 (Não houve assalariamento)</i></b>	
Encontramos primeiramente a <b>docência como um processo simples de trabalho</b> , como, por exemplo, o professor que ensina seu filho a ler. Trata-se da produção de um valor de uso e não de uma mercadoria e, por isso, não houve produção de valor nem de mais-valia, o que caracteriza esse professor como um trabalhador não-produtivo. (p. 167)	O primeiro <b>produziu apenas um valor de uso</b> para si (para sua família). (p. 168)
<b><i>Ilustração 2 (Não houve assalariamento)</i></b>	

<p>Outra situação é o professor que produz <b>o ensino como um valor de troca</b>, ou seja, como uma mercadoria que vende, como, por exemplo, um professor que ministra aulas particulares. Embora tenha produzido valor, não produziu mais-valia, uma vez que, sendo proprietário de meios de produção, não necessitou vender sua força de trabalho e, por isso, não estabeleceu uma relação assalariada, constituindo-se também como um trabalhador não-produtivo. (p. 167)</p>	<p>O segundo produziu uma <b>mercadoria de sua propriedade</b>, porque lhe pertencem os meios de produção, e a vendeu. (p. 168)</p>
<p>Ilustração 3 (Houve assalariamento)</p>	
<p>3) Numa condição totalmente diferenciada, temos <b>o professor que trabalha na rede privada de ensino</b>. Nessa situação, o professor vende sua força de trabalho ao proprietário da escola, produz uma mercadoria – ensino –, que pertence a este último, e, ao fazê-lo, produz mais-valia e, conseqüentemente, capital, o que o caracteriza como um trabalhador produtivo. (p. 168)</p>	<p>O terceiro estabeleceu a relação de produção especificamente capitalista, na medida em que vendeu sua força de trabalho para o proprietário da empresa escolar e, dessa forma, <b>produziu mais-valia e, conseqüentemente, capital</b>. (p. 168-169)</p>
<p>Ilustração 4 (Houve o assalariamento)</p>	
<p>Numa última situação, <b>o professor de escola pública</b>. Em nossa compreensão, embora venda sua força de trabalho ao Estado, ele produz um valor de uso e não um valor de troca e, portanto, não produz valor nem mais-valia. Como não estabeleceu a relação especificamente capitalista, não pode ser considerado um trabalhador produtivo. (p. 168)</p>	<p>O quarto, apesar de ser também vendedor da força de trabalho, participou de uma relação de produção na qual <b>não existe a produção de valor, de mais-valia e de capital</b>. (p. 169)</p>

**Fonte:** TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 167 - 169

Considerando o referencial adotado, podemos dizer que o trabalho docente tem certa especificidade em relação ao conjunto do trabalho realizado na sociedade capitalista. Decorrente dessa conclusão a proletarização do professor precisa ser tratado de forma a não considerar somente a dicotomização entre a profissionalização e proletarização docente entendendo ser “[...] o processo de proletarização do professor resultado da precarização de suas condições de trabalho, do rebaixamento salarial, de sua desqualificação, da perda do controle do processo de trabalho, do desprestígio social da ocupação etc.” (TUMOLO E FONTANA, 2008, p. 169).

A proletarização do professor e do trabalho docente, nesse sentido, vai além da não profissionalização, pois resulta do antagonismo entre classe trabalhadora – detentora da força de trabalho – e a classe capitalista, detentora dos meios de produção. Assim, a medida da proletarização do trabalhador docente (despossuído de qualquer meio de produção) se realiza a partir da venda de sua força de trabalho para a produção de mercadoria com valor de troca, mais-valia e capital.

Depreendemos do exposto, conforme os dados da pesquisa, que o processo de intensa mercantilização da educação brasileira e da flagrante precarização do trabalho docente não permite afirmar que o trabalhador em educação tenha, em sua totalidade, se proletarizado. Tal processo permite dizer, entretanto, que com a ampliação da esfera privada sobre a pública vem se ampliado a proletarização de parte dos docentes que trabalham na rede privada de ensino.

Nessa direção, a pesquisa INEP/MEC 2018 (BRASIL, 2019) mostra o número de 2.537 IES, sendo 299 públicas (12%) e 2.238 (88%) privadas evidenciando fenômenos que tendem a expandir a mercantilização do ensino e a conseqüente proletarização dos professores. Como demonstram os dados, a proletarização docente vem crescendo em termos absolutos e relativos em todos os níveis de ensino, mas, principalmente, no ensino superior, devido ao número de IES privadas. Os dados explicitados na sequência dessa seção evidenciam o crescimento exponencial do processo de mercantilização e proletarização docente no Tocantins e em Palmas.

## Educação superior no estado do Tocantins no contexto nacional

O estado do Tocantins, fruto do desmembramento de Goiás, foi criado pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), portanto, recentemente, o que agrega algumas peculiaridades à sua trajetória da Educação Superior. Entretanto, no que diz respeito ao crescimento do número de instituições, não foge à regra geral brasileira: apresenta forte expansão a partir de 1996, quando foi promulgada a atual LDB, e implantadas as políticas do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O estado do Tocantins conta com uma população de 1.572.866 pessoas, sendo que Palmas, sua capital, possui, aproximadamente, 300.000 habitantes, tendo o estado apresentado um crescimento de 31% em relação ao último censo (BRASIL/IBGE, 2010). Esse crescimento populacional demanda, com certeza, um esforço crescente na criação de novos cursos de graduação, especialmente na área de tecnologias e programas de mestrado e doutorado com vistas a propiciar melhores condições de vida à comunidade tocantinense. Tal esforço precisa ser feito tendo em vista o processo formativo da população tocantinense e o fato que dos 54.273 servidores públicos, apenas 41% possuem formação superior e/ou pós-graduação. (TOCANTINS/SECAD, 2019).

Em consonância com o quadro seguinte elaborado a partir do Censo da Educação Superior 2018 (BRASIL/MEC, 2019), o estado do Tocantins possui atualmente 24 instituições de educação superior ativas sendo duas universidades, três centros universitários, um instituto e 18 faculdades. Estas estão distribuídas da seguinte forma em relação a sua natureza jurídica e organização acadêmica.

**QUADRO 2.** Instituições de educação superior no Tocantins por organização acadêmica e natureza jurídica.

Instituições	Quantidade Geral	%	Pública	%	Privada	%
Universidades	2	8,3%	2	40,0%	0	0,0%
Centros Univers.	3	12,5%	1	20,0%	2	10,5%
Institutos	1	4,0%	1	20,0%	0	0,0%
Faculdades	18	75,0%	1	20,0%	17	89,5%
Total	24	100%	5	100,0%	19	100,0

**Fonte:** Censo da Educação Superior/MEC/INEP/2019 (BRASIL/MEC/INEP, 2019).

O sistema federal (União) tem sob seu controle as instituições públicas federais e as instituições de educação superior privadas de todo o Brasil; os sistemas estadual e municipal, por sua vez, são responsáveis pelas instituições públicas estaduais e municipais. Tendo em vista que a expansão da educação superior se deu, predominantemente, por meio da iniciativa privada, a educação superior brasileira experimentou uma centralização progressiva.

Embora considerando a sua especificidade, o cenário da educação superior no Tocantins segue proporcionalmente o que ocorre no Brasil em relação à abrangência das esferas pública e privada. Das 24 instituições de educação superior tocantinense, como expresso no quadro 2 anterior, 20,8% são públicas e 79,2% privadas.

Referindo-se aos 268 cursos em atividades no Tocantins, em conformidade com os dados do quadro 3, a maior parte, 53%, pertence à rede de ensino privada em contrapartida de 47% da rede pública.

QUADRO 3. Cursos superiores em atividade, no Tocantins, por rede de ensino e organização acadêmica.		
REDE DE ENSINO		
Natureza Jurídica dos Cursos	Nº de Cursos	%
Público	125	47%
Privado	143	53%
<b>Total:</b>	268	100%
ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA		
Instituições	Quantidade	Presencial
Bacharelado	163	61%
Licenciatura	64	24%
Tecnológico	41	15%
Total	268	100%

**Fonte:** Censo da Educação Superior/MEC/INEP/2019 (BRASIL/MEC/INEP, 2019).

A organização acadêmica dos cursos superiores em atividade no Tocantins apresenta o seguinte quadro: 163 bacharelados; 64 licenciaturas e 41 tecnológicos, segundo o Censo da Educação Superior de 2018 (BRASIL/MEC/INEP, 2019) 61% dos cursos bacharelados são ofertados na modalidade presencial e os demais, 31%, na modalidade a distância. Os cursos de licenciatura, em sua maioria, 60% são organizados na modalidade à distância e, 40% na modalidade presencial. Dos cursos tecnológicos oferecidos no Tocantins, 75% são na modalidade à distância e, somente 25% presenciais, ainda assim, é significativo ressaltar que 45% dos cursos são ofertados na modalidade presencial e 55% na modalidade à distância. Ou seja, em sua maioria, os cursos superiores no Tocantins são ofertados presencialmente. Indubitavelmente, faz-se necessário uma avaliação criteriosa da qualidade destes cursos já que eles são preponderantes e, em consonância com a meta 7 do PNE 2014-2024, deveriam contribuir para o aprimoramento da qualidade da educação básica brasileira.

Em tal processo de qualificação destacamos, segundo Pereira e Carvalho (2015) as instituições de educação superior públicas do estado do Tocantins: Universidade do Estado do Tocantins (Unitins); Universidade Federal do Tocantins (UFT); Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (Fafich); Fundação Educacional de Gurupi (FEG), que incorporou o Centro Universitário de Gurupi (UnirG); e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO).

A expansão da educação superior não teve apenas um sentido de ampliação geográfica, mas também um sentido de ampliação social, movimento por meio do qual foram incorporados setores sociais, antes excluídos desse grau de formação. Assim, aparece em cena a educação superior tecnológica, ofertando muitos cursos e matriculando muitos alunos. Sua expansão ocorre, com muita força, a partir do ano 2000. (PEREIRA; CARVALHO, 2015).

Note-se que, considerada individualmente, a educação privada apresenta, uma ociosidade de quase 50% das vagas oferecidas. Este fenômeno é ainda mais significativo quando se observa apenas a ociosidade apresentada pelos cursos privados de educação tecnológica. O desaquecimento do mercado educacional, expresso especialmente pelo desequilíbrio apresentado entre oferta e procura, é, por certo, o responsável pela queda na taxa de crescimento das instituições privadas. No que diz respeito aos centros universitários, no Tocantins, verifica-se que, ao contrário das universidades, que são públicas, entre os centros universitários existentes, três são instituições privadas e uma pública. (PEREIRA; CARVALHO 2015).

## **O docente da educação superior no Plano Estadual de Educação (PEE) do Tocantins**

No que se refere aos docentes da educação superior do Tocantins, o processo formativo continua em pauta nas discussões como ferramenta capaz de auxiliar na melhoria da qualidade da educação. Trata-se da formação inicial e continuada dos profissionais docentes, como exigência histórica por parte do movimento dos educadores. Sobre a formação de professores, no Estado do Tocantins partimos do que preceitua o Plano Estadual de Educação 2015-2025 (PEE).

No ano de 2015, o Governo do estado do Tocantins lançou o PEE por meio da Lei nº. 2.977. Neste Plano estão todas as etapas da educação que hoje são responsabilidade do Estado, que vão desde a educação infantil, educação indígena, educação profissional, educação superior, além de conter capítulos sobre financiamento, acompanhamento, avaliação, formação e valorização dos profissionais da educação.

Outra estratégia que é oportuno citar é a que busca “elevar o padrão de qualidade das instituições de ensino superior a partir do direcionamento de atividade voltadas à pesquisa efetiva e institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu*”, através da meta 17 e estratégia 17.4. (TOCANTINS, 2015).

A meta 18 prevista no Plano Estadual de Educação, aborda a necessidade de aumento no número de profissionais com títulos de Pós-graduação (mestrado e doutorado) buscando “[...] elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 70 (setenta) mestres e 40 (quarenta) doutores (as).” (TOCANTINS, 2015).

A mencionada estratégia deixa clara a intenção do desenvolvimento do profissional para uma atuação de forma a despertar para a pesquisa e o atendimento às questões sociais. A meta 19, trata especificamente da formação dos professores da educação básica: Garantir, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a formação de todos os professores da educação básica em nível superior público, obtida em curso de licenciatura na área de atuação, sendo, no mínimo, 80% (oitenta por cento) nos primeiros 5 (cinco) anos e 100% (cem por cento) até o final da vigência deste PEE/TO. (TOCANTINS, 2015).

Percebe-se que a pretensão é que, exatamente todos os professores da educação básica tenham, até o final da vigência do PEE, licenciatura na área de atuação. Uma das estratégias para a meta acima diz respeito ao prazo para emissão da certificação para a progressão funcional. Convém enfatizar que as metas acima citadas foram escolhidas por tratarem da formação profissional dos docentes e por constarem dentre os objetivos e metas do tópico “Formação e valorização dos profissionais da educação”, do PEE. Em relação à carreira (Meta 20), valorização dos profissionais da educação (Meta 21) e gestão (Meta 22) o PEE/2015 não difere, também, das diretrizes nacionais.

Não identificamos, entretanto, no referido plano metas que tratem especificamente sobre a rede privada de educação, a exemplo, da forma de acompanhamento e gestão democrática das instituições de educação privada no âmbito do estado do Tocantins.

## **Educação superior no município de palmas/tocantins**

Neste item analisaremos o papel do município de Palmas quanto à política de formação e profissionalização de professores na Educação Superior que começaram a se delinear, no quadro regional, principalmente, pela inexistência ou precariedade dessa estrutura na região Norte do estado, em tempos pretéritos. Percebe-se nesta cidade, como em todo o país, a crescente participação da iniciativa privada na implantação de faculdades, institutos, extensões de polos na oferta de cursos superiores, o que se insere num contexto mais amplo da política de educação a partir de 1990. (DOURADO, 1990).

Neste contexto, a educação passou a se constituir com um bem comercializável, acompanhando as novas características do setor produtivo da economia. O fortalecimento

deste setor privado educacional, em alguns casos subsidiados, pelo Estado, interferiu direta e indiretamente na configuração urbana e na acessibilidade da oferta de bens e serviços da cidade de Palmas, o que vem reforçando o seu papel de localidade central e de centro regional.

No âmbito do município de Palmas, atualmente, são oferecidos 120 cursos de graduação (BRASIL/MEC/INEP, 2019). Destes cursos, 28,3% são ofertados pela rede pública de ensino e 86% pela rede privada, o que demonstra que, em Palmas, a ampliação da rede privada de ensino, em uma perspectiva mercantil (SGUISSARDI e SILVA JR., 2009), é mais intensa do que a ocorrida no Brasil e nas demais cidades do Tocantins.

No entanto, a crescente demanda por ensino superior tem alterado, progressivamente, o seu papel, levando a uma massificação que tem tido como consequência a banalização e erosão dos diplomas, e dos serviços educacionais cada vez mais generalizados, possibilitando, assim, sua multiplicação e classificação em diferentes tipos hierárquicos de IES, onde os serviços são oferecidos (NÓVOA, 2011).

<b>QUADRO 4.</b> Cursos em atividade no município de Palmas, por rede de ensino e organização acadêmica.		
<b>REDE DE ENSINO</b>		
<b>Natureza Jurídica dos Cursos</b>	<b>Nº de Cursos</b>	<b>%</b>
Pública	34	28,3%
Privada	86	71,7%
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100%</b>
<b>ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA</b>		
<b>Instituições</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Presencial</b>
Bacharelado	82	68,3%
Licenciatura	15	12,5%
Tecnológico	23	19,2%
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Censo da Educação Superior/MEC/INEP/2019 (BRASIL/MEC/INEP, 2019)

Tomando como referência o quadro 4, outro dado, também, muito relevante para compreender a educação superior do município de Palmas é o fato de 71,7% dos cursos serem ofertados por instituições privadas. Também é oportuno salientar o percentual de 68,3% de cursos bacharelados ofertados na capital Palmas, seguido de tecnólogos (19,2%) e licenciaturas (12,5%). Dados não desprezíveis estão relacionados à ampla predominância dos cursos de bacharelados.

Esta expansão não é diferente do observado em todo o país, a partir dos anos de 1990. Entretanto, em Palmas, cidade onde predominavam as atividades governamentais, comerciais e agropecuárias, este aumento sinaliza mudanças de perfil socioeconômico e espacial, onde novas relações se estabelecem e se materializam no espaço urbano por meio de diversas práticas entre os agentes sociais e institucionais neste espaço sinalizando para uma redefinição de novas funcionalidades urbanas.

## **O docente da educação superior do Município Palmas/TO**

Considerando que o avanço científico e tecnológico aumenta o nível de exigência de conhecimentos cada vez mais profundos e amplos, a formação do profissional assume particular importância no mercado de trabalho de uma forma geral, e, com os profissionais da educação não é diferente. Por esta razão o município de Palmas elaborou e normatizou, por meio da Lei nº 2.238, de 19 de janeiro de 2016, o Plano Municipal de Educação 2015-2025

(PALMAS/PME, 2016).

O dedicando especial atenção à formação dos profissionais da educação. Nesse sentido, a meta 16 prevê formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (PALMAS/PME, 2016)

A intenção em manter parcerias por meio de convênios com instituições que possam realizar os cursos de formação continuada está clara, conforme disposto na citação acima. O PME ainda tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino para, a partir daí, elaborar o planejamento de cursos a serem ofertados conforme as demandas apresentadas nas avaliações, assim, busca-se um melhor aproveitamento por parte dos profissionais e alunos que receberão os serviços da rede pública de ensino da capital.

O quadro seguinte aponta, em números, como se encontram os docentes do Sistema Municipal de Educação de Palmas, conforme dados do censo da educação superior 2018 (BRASIL/MEC/INEP, 2019), disponibilizado no site do INEP.

<b>QUADRO 5. Número Total de Docentes (em exercício) por Organização Acadêmica, Grau de Formação, Regime de trabalho segundo a Unidade da Federação/Tocantins e Categoria Administrativa das IES/2018.</b>						
Número de Docentes em Exercício por Grau de Formação Segundo a Unidade da Federação/Tocantins e a Categoria Administrativa das IES/2018.						
Instituições	Quantidade Geral	%	Pública	%	Privada	%
Graduação	48	100%	47	97,9%	1	2,1%
Especialização	1075	100%	539	50,1%	536	49,9%
Mestrado	1255	100%	730	58,2%	525	41,8%
Doutorado	1084	100%	863	79,6%	221	20,4%
<b>Total</b>	<b>3462</b>	<b>100%</b>	<b>2179</b>	<b>62,9%</b>	<b>1283</b>	<b>37,1%</b>
Número de Docentes em Exercício por Organização Acadêmica Segundo a Categoria Administrativa das IES/Tocantins/2018						
Instituições	Quantidade Geral	%	Pública	%	Privada	%
Universidades	1381	100%	1381	100,0%	0	0,0%
Centros Universitários	753	100%	298	39,6%	455	60,4%
Institutos	478	100%	478	100,0%	0	0,0%
Faculdades	850	100%	22	2,6%	828	97,4%
<b>Total</b>	<b>3462</b>	<b>100%</b>	<b>2179</b>	<b>62,9%</b>	<b>1283</b>	<b>37,1%</b>
Número de Docentes em Exercício por Regime de Trabalho Segundo a Categoria Administrativa das IES/Palmas/2018.						
Instituições	Quantidade Geral	%	Pública	%	Privada	%
Tempo integral	1854	100%	1693	85,30%	161	25,60%
Tempo parcial	505	100%	166	8,40%	339	54,00%
Horista	254	100%	126	6,30%	128	20,40%
<b>Total</b>	<b>2613</b>	<b>100%</b>	<b>1985</b>	<b>76,00%</b>	<b>628</b>	<b>24,00%</b>
Número de Docentes em Exercício por Organização Acadêmica Segundo a Categoria Administrativa das IES/Palmas/2018.						

Instituições	Quantidade Geral	%	Pública	%	Privada	%
Universidades	1499	100%	1499	100,00%	0	0,00%
C e n t r o s Universitários	215	100%	0	0%	215	100,00%
Institutos	486	100%	486	100,00%	0	0,00%
Faculdades	413	100%	0	0%	413	100,00%
<b>Total</b>	<b>2613</b>	<b>100%</b>	<b>1985</b>	<b>76,00%</b>	<b>628</b>	<b>24,00%</b>

Número de Docentes em Exercício por Grau de Formação Segundo a Categoria Administrativa das IES/  
Palmas/2018

Instituições	Quantidade Geral	%	Pública	%	Privada	%
Graduação	46	100%	45	2,30%	1	0,20%
Especialização	560	100%	355	17,90%	205	32,60%
Mestrado	1029	100%	723	36,40%	306	48,70%
Doutorado	978	100%	862	43,40%	116	18,50%
Total	2613	100%	1985	76,00%	628	24,00%

**Fonte:** Censo da Educação Superior/MEC/INEP/2019 (BRASIL/MEC/INEP, 2019).

A educação tem ocupado, na sociedade moderna, um status privilegiado, pois é apontada, tanto por organismos internacionais quanto o governo, como o setor responsável em transformar a sociedade. O município de Palmas/TO, no caso da educação, não diferente do contexto nacional e estadual, também revelador de uma significativa expansão da esfera privada sobre a pública. Tal conformação redirecionou o confronto entre os interlocutores, dando novo conteúdo político às reformas educacionais, nos anos 90. Esse processo indica a transfiguração da atuação estatal no sentido da manutenção da égide privatista do Estado brasileiro por meio do incremento de novas facetas de intermediação entre as esferas pública e privada, fazendo surgir organizações com natureza e caráter privado. Assim, o estado do Tocantins e Palmas estão em sintonia com as recomendações das agências internacionais, com destaque às prescrições do Banco Mundial, na busca de situar, nesse cenário reformado, as novas propostas e modalidades em curso pela política nacional de Educação.

Nesse sentido, retomando a discussão anterior (Quadro 5), lembramos que em Palmas/Tocantins, do total de 2.613 professores das IES, 76% estão no setor público nas IES UFT e Unitins e 24% nas IES privadas. Destacamos, também, que 85,30% dos professores da rede pública possuem vínculo empregatício de tempo integral no desenvolvimento do ensino, já no ensino privado aproximadamente 75% possui vínculo em tempo parcial e horista, demonstrando, assim, a precarização da forma de contratação que as IES privadas vêm submetendo os profissionais da educação em suas instituições de ensino.

A formação e profissionalização docente em nível superior situa-se no contexto de implantação e implementação das políticas neoliberais explicitadoras do poder do mercado confrontado ou articulado com o poder do Estado. Na universidade pública brasileira, particularmente nas IFES, esse momento caracterizou-se pelo processo de desqualificação da instituição pública, supervalorização da iniciativa privada; diversificação da educação superior; desregulamentação de vários direitos sociais; enfraquecimento dos sindicatos e fortalecimento das organizações não governamentais de cunho preponderantemente empresarial.

## Metodologia

A partir da análise dos documentos institucionais, coletados na IES privada, o estudo diagnosticou, sem desconsiderar a ambivalência teórica-prática vivenciada pela instituição estudada, a política de formação, profissionalização e valorização do quadro atual de professores. O projeto de pesquisa foi realizado utilizando-se da pesquisa bibliográfica – abrangendo a produção da área afeta aos propósitos do estudo – e documental, principalmente relacionada ao marco legal, em geral, e aos documentos institucionais.

Foram realizadas uma coleta de dados documentais que se enquadram nos mais diversos tipos: leis, decretos, estatutos, promulgações, documentos oficiais, dentre outros. Alguns destes documentos podem ser encontrados e pesquisados nos bancos de dados oficiais como o MEC/ INEP (a exemplo das leis e decretos), outros foram buscados na própria Instituição de Ensino pesquisada, que disponibilizou prontamente os materiais necessários à realização da presente pesquisa. Em relação aos procedimentos metodológicos, para que a pesquisa ganhe qualidade e notoriedade científica, fez-se necessário percorrer os regramentos técnicos e doutrinários consagrados no campo da literatura da metodologia científica e que fundamentam o percurso didático a ser desenvolvido pelo pesquisador.

Desse modo, a pesquisa científica contempla a investigação embasada numa linha de autores, diretrizes, e teorias que se apoiarão durante todo o processo de aprofundamento dos estudos para a análise da temática objeto de nosso estudo: a caracterização da política de formação e profissionalização para o docente da educação superior na tensão entre o público e o privado. Identificando assim, o que é reiterativo do contexto nacional, no âmbito do estado do Tocantins e do Município de Palmas, em relação à política de formação, profissionalização e mercantilização do trabalho docente na educação superior.

## Considerações Finais

Os avanços da política pública de qualificação e formação docente, avaliação e coleta e tratamento de informações dos professores que atuam em IES são aspectos da realidade brasileira que não podem ser descontinuados. A implantação de política pública, quando pautada em análises fidedignas da realidade, tem maior possibilidade de êxito, assim, elementos que apontam para aspectos inerentes ao quadro de docente da educação superior que reclamam por estudos e análises mais minuciosas.

Com a expansão do ensino superior privado no âmbito da reforma do Estado, que teve a privatização como meio de administração pública, ocorreram mudanças significativas, principalmente, na forma de trabalho.

Frente às transformações a que assistimos os sinais são contraditórios. Assim, o poder do dinheiro que quantifica e confere a tudo, ou a quase tudo, o valor de mercadoria a ser comprada e consumida, invade as esferas da vida humana, fazendo com que as relações entre as pessoas, apagadas pela lógica capitalista, pareçam coisas. No contexto do capitalismo, mercantiliza-se de forma aguda a vida social, a educação e o trabalho docente, fragilizando-o e fragmentando-o.

Por fim, nesse sentido, o combate à intensa proletarização e precarização do trabalho docente busca resgatar o compromisso social coletivo da categoria docente e sua profissionalização, processo que colide com o paradigma de cunho neoliberal que quer se impor como pensamento único. Nessa linha de raciocínio, no âmbito da IES privada investigada, para além da proletarização, resta à luta política organizada por mais direito, profissionalização e emancipação.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2014. Principais Resultados. Brasília, DF: MEC/Inep, 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

\_\_\_\_\_. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1403**. Brasília, 2003

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2018. Principais Resultados**. Brasília, DF: MEC/Inep, 2019.

CARVALHO, Roberto Francisco de. **A gestão autônoma e compartilhada da escola compreendida a partir do trabalho em Marx**. Palmas: UFT, 2006.

CARVALHO, Roberto Francisco de. **Gestão e participação universitária no século XXI**. Curitiba/PR: Editora CRV, 2013.

DOURADO, Luís Fernandes. **As transformações da sociedade contemporânea, o papel do Banco Mundial e os impactos na educação superior**. In: Silva, Rinalva Cassino (org.). **Educação para o século XXI: Dilemas e perspectivas**. Piracicaba SP: UNIMEP, 1999. p.18-32.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia dello spirito jense**, editado por Cantillo. Bari: Laterza, 1971.

MARX, Karl. **O capital**. 2. ed. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Vol. I.

NÓVOA, António Sampaio. Prefácio. In: Cabrito B. e Jacob, Vera, C. (Org.). **Políticas de Financiamento da Educação Superior no Brasil e em Portugal- tendências atuais**. Lisboa: Educa. (2011).

PALMAS, **Lei nº 2.238, de 19 de janeiro de 2016 – Plano Municipal de Educação de Palmas – TO**. Diário Oficial de Palmas - TO, 19 jan. 2016. 2016.

PEREIRA, Isabel Cristina Auler; CARVALHO, Roberto Francisco de. **Educação superior no Plano Municipal de Educação de Palmas, Estado do Tocantins: diagnóstico e prognósticos**. In.: LAGARES, Rosilene. OLIVEIRA, João Ferreira. ROCHA, J. Damião T. (orgs.). **Educação no território municipal**. Goiânia: Editora Acadêmica, 2015. (p. 181-207).

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas**. *Revista Poiesis Pedagógica*. Catalão - GO, v. 9, n. 1, p. 7-19, 2011.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR., João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

TOCANTINS. **Lei nº 2977 de 08 de julho de 2015**. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/412369/>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

TOCANTINS/SECAD 2019. Disponível em <<https://casacivil.to.gov.br/noticia /2013/4/16/ tocantins-tem-o-maior-percentual-de-servidores-efetivos-da-historia/>>. Acesso em 16 de maio de 2019.

TUMOLO, Paulo Sérgio; FONTANA, Klalter Bez. **Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990**. Educação & Sociedade, vol. 29, n. 102, p. 159-180, jan./abr. Campinas: São Paulo, 2008.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **O Trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível.** Educação & Sociedade, vol. 26, n. 90, p. 239265, jan./abr. Campinas: São Paulo, 2005.

Recebido em 31 de dezembro de 2020.

Aceito em 2 de fevereiro de 2021.